

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDWARD ANDRADE NETO

O ESTADO E OS MECANISMOS DE INTERVENÇÃO ECONÔMICA

CURITIBA

2012

EDWARD ANDRADE NETO

O ESTADO E OS MECANISMOS DE INTERVENÇÃO ECONÔMICA

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Controladoria

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Bortolucci Espejo

CURITIBA

2012

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PARECER FINAL

NOME DO (A) ALUNO(A): EDWARD ANDRADE NETO

TÍTULO DO TRABALHO: O ESTADO E OS MECANISMOS DE INTERVENÇÃO ECONÔMICA

NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR: MÁRCIA MARIA DOS SANTOS BORTOLOCCI ESPEJO

PARECER DO PROFESSOR ORIENTADOR:

Aluno realizou pesquisa bibliográfica com o objetivo de identificar os principais mecanismos utilizados pelos governos para buscar a estabilidade econômica, bem como seus reflexos em indicadores econômicos e sociais. Por meio do estudo de Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, analisou as crises de 1930 e as do século XXI (Estados Unidos e Europa), realizando uma reflexão crítica sobre os aspectos de intervenção econômica.

NOTA: 8,0 (oito)

) ASSINATURA: 

NOME DO PROFESSOR DESIGNADO:

NOTA: 8,0 (oito)

) ASSINATURA: 

CONCEITO FINAL: _____ ()

Prof. Romualdo Douglas Colauto
Departamento de Contabilidade
Mat. 202087 - 15162532

COORDENADOR DO CURSO:

ASSINATURA: _____

DATA: ____/____/____

Dedicatória

A minha família e amigos...

Pensamento

“ A mente que se abre a uma nova idéia jamais voltará ao seu tamanho original”.

(Alber Einstein)

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PENSADORES ECONÔMICOS CLÁSSICOS.....	24
---	----

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
1.1 Contextualização do Tema.....	7
1.2 Problema de Pesquisa.....	9
1.3 Objetivos.....	11
1.4 Justificativa.....	12
1.5 Metodologia.....	12
1.5 Delimitação da Pesquisa.....	13
1.6 Estrutura do Trabalho.....	13
2. Análise de Dados.....	15
2.1 A economia e os pensadores clássicos.....	17
2.1.1 Adam Smith e a economia política.....	18
2.1.2 David Ricardo e a teoria do Valor.....	21
2.1.3 Karl Marx e o Capital.....	23
2.1.4 Considerações.....	24
2.2 Funções Econômicas do Estado.....	25
2.2.1 Teoria do Equilíbrio Geral.....	26
2.2.2 Falhas de Mercado.....	27
2.2.3 As crises econômicas e a intervenção do estado.....	29
2.2.3.1 Depressão Econômica: Década de 30.....	30
2.2.3.2 Crises do século XXI – Estados Unidos e Europa.....	32
2.3 Atribuições Econômicas do Estado.....	33
2.3.1 Ajustamento na Alocação de Recursos.....	33
2.3.2 Ajustamento na Distribuição de Renda e Riqueza.....	35
2.3.3 Ajustamento visando a Estabilização Econômica.....	36
3. Considerações Finais.....	38

1 Introdução

A palavra Economia deriva do termo grego *oikonomos* que significa “aquele que administra um lar”. Os conceitos e abordagens, das quais se utilizam atualmente, tiveram como base a teoria da economia política de 1615, introduzido por Antonie de Montchrétien, a fim de estudar as relações entre as camadas sociais de sua época. Outros pensadores importantes também tiveram seu papel na formação do conceito econômico atual. Adam Smith com sua obra Riqueza das Nações, David Ricardo com o livro Princípios da Economia Política e Tributação e Karl Marx com a obra O Capital também tiveram grande contribuição para a formação conceitual da economia.

1.1 Contextualização do Tema

O estudo da economia é dividida em dois grandes ramos: a microeconomia, que tem como objeto de estudo o comportamento individual e a macroeconomia que visa estudar as relações e os efeitos do resultado acumulado de vários comportamentos individuais.

Segundo O’ Sullivan, Sheffrin e Nishijima (2004) a economia é o estudo das decisões tomadas por indivíduos em mercado onde existe escassez. Para Mankiw, (2009) é o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos. Ou seja, percebe-se em ambos os casos que a palavra chave para descrever o estudo da economia é escassez.

A escassez se dá pelo simples fato da incapacidade da sociedade em produzir todos os bens e serviços que ela mesma necessita para satisfazer sua população como um todo. Em um âmbito global percebe-se a escassez em várias esferas da sociedade, como por exemplo: O’ Sullivan, Sheffrin e Nishijima (2004)

- Escassez de tempo: o indivíduo deve decidir de que forma “gastar o seu tempo”, deve ter claro que a sua decisão de realizar a atividade A implica em menor tempo para a realização da atividade B.

- Escassez de recursos: uma determinada organização, que se utiliza de recursos naturais como matéria prima, deve ter ciência de que sua capacidade máxima de produção está limitada à capacidade de disponibilização de recursos por parte do meio ambiente.

- E escassez de mão de obra: uma determinada nação deve ter consciência de que se abrigar boa parte da população masculina para o serviço militar, outras esferas igualmente importantes da sociedade como ciência, cultura, agricultura e ensino também serão afetadas.

Para O' Sullivan, Sheffrin e Nishijima (2004) as decisões tomadas pelos indivíduos que compõem uma sociedade, tendo como cenário a escassez de diversos fatores, respondem a três perguntas básicas sobre o estudo da economia:

- Quais bens devem ser produzidos?

- Como esses bens devem ser produzidos?

- Quem consome os bens produzidos?

Em um cenário onde escassez não predominasse, estas três questões básicas não se fariam necessárias, pois todos os bens poderiam ser produzidos, estes seriam consumidos por todos independente da forma como eram produzidos. No entanto, este cenário seria possível apenas em ficção, pois o mercado atual não permite espaço para tal e pune severamente, empresas, organizações, estados e nações as quais não norteiam sua economia com base nestas três questões.

De acordo com Giambiagi e Além (2001), a alocação de recursos, dada a competitividade dos mercados atuais, caracteriza-se pela impossibilidade de promover ações que aumentem a satisfação de um determinado indivíduo, com seus recursos, sem que este esteja associado a uma piora de outro. Em detrimento desta situação é que está baseada a economia e a atuação governamental, ou seja, o poder público trabalhando para promover o bem comum em todas as esferas da sociedade.

A busca pelo bem comum, visando à sociedade com um todo, em todos os seus níveis e camadas sociais é o maior objetivo de um governo. Para isto, deixam-se de lado as particularidades e anseios individuais e pensa-se sempre no coletivo. Neste aspecto economicamente abordando, o governo, através de sua política fiscal, abrange três funções básicas, segundo Rezende (2006):

- **Função alocativa:** quando verifica-se a necessidade de intervenção governamental visando assegurar maior eficiência de recursos, dada a inviabilidade do mesmo através do mercado;
- **Função distribuidora de renda:** são todas as ações realizadas pelo governo no sentido de melhorar a distribuição de renda, diminuindo a desigualdade e promovendo subsídios para as camadas com menor poder aquisitivo;
- **Função estabilizadora:** são todas as ações que o governo realiza no sentido de garantir uma estabilidade econômica e que esta se torne perene. É através destas ações, que o governo cria subsídios para promover o crescimento de sua economia, gerando empregos, controlando a inflação e atraindo novos investimentos.

1.2 Problema de Pesquisa

A pergunta de pesquisa de qualquer projeto visa nortear o foco do pesquisador. É através dela, que se tomarão as decisões de onde e como buscar bibliografia a respeito do assunto, de como conduzirá a elaboração do projeto, de como analisará o resultado de suas buscas, enfim é em torno dela que o pesquisador deverá trabalhar o projeto do início ao fim.

O pesquisador, antes de elaborar a sua pergunta de pesquisa e nortear os rumos do seu estudo durante a execução do projeto, deverá tomar algumas precauções quanto a relevância do tema, a abrangência do mesmo e a capacidade de se chegar a uma conclusão com a bibliografia e os dados a qual se tem disponível sobre o assunto.

As atribuições econômicas do governo sofreram grandes alterações neste último século. Antes com uma posição que lhe permitia apenas oferecer, serviços considerados essenciais à população, hoje o governo ostenta responsabilidades na determinação dos rumos da economia, com intervenções, inclusive no setor privado, a fim de garantir a manutenção da estabilidade.

Esta estabilidade é fundamental para todo governo. Garantir esta estabilidade significa diminuir as oscilações das atividades econômicas e combater as taxas de inflação e volatilidade do mercado financeiro.

Em um cenário onde esta estabilidade econômica não é atingida, as incertezas provocam o desestímulo ao investimento com reflexo direto nos índices de crescimento. Ela é pré-requisito básico para se atingir níveis satisfatórios de crescimento de uma determinada economia e é através dela que se constrói uma sociedade mais justa, com distribuição de renda equitativa diminuindo a desigualdade social.

Promover esta estabilidade tem sido o grande desafio dos governantes. Sendo base para crescimento econômico, a busca para garanti-la tem, cada vez mais, rompido a barreira do estado, demandando uma visão global da economia.

A interconexão existente hoje entre os países faz com que as ações tomadas tenham reflexo em diversos segmentos em uma esfera global, ou seja, não cabe apenas ao governo local tomar medidas de segurança da estabilidade econômica, ela está relacionada também ao equilíbrio global da economia. Exemplo para esta afirmação encontra-se nos reflexos da recente crise econômica enfrentada em 2008. Um problema, que aparentemente parecia local, do mercado imobiliário americano, desencadeou uma série de falências de instituições financeiras ao redor do mundo.

Dada a importância desta estabilidade para o crescimento econômico de um determinado país e sua complexidade de atendimento, tem-se como pergunta de pesquisa: **Quais são os motivos pelos quais uma determinada economia necessita de intervenção governamental para o seu**

funcionamento e quais são as atribuições econômicas de um determinado governo?

1.3 Objetivos

Na elaboração de uma determinada pesquisa, a determinação dos objetivos gerais e específicos é de suma importância para o sucesso da realização do mesmo. A proposição dos objetivos devem ser claros e principalmente viáveis de serem atingidos.

A definição dos objetivos requer também uma especificidade com relação às metas a serem atingidas. Para isto, tem-se a necessidade da criação dos objetivos específicos, que nada mais são do que o roteiro de pesquisa a ser seguido na elaboração do projeto.

Esta pesquisa terá como objetivo geral identificar os principais mecanismos, dos quais os governos utilizam, para garantir uma economia estável e seus reflexos em indicadores econômicos e sociais. Para isto faz-se necessário a determinação de um roteiro de pesquisa onde os objetivos específicos a serem atingidos são:

- Mostrar a evolução do pensamento econômico;
- Evidenciar o papel governamental na economia;
- Indicar os motivos pelos quais uma economia necessita de intervenção econômica, a fim de garantir o seu melhor funcionamento;
- Identificar os mecanismos pelos quais o estado intervém na economia;

Os mecanismos de intervenção a serem abordados nesta pesquisa tem os seguintes reflexos do papel do estado.

- alocação ideal de recursos, entre as diversas camadas sociais;
- distribuição de renda equitativa na sociedade;

- promover ajustamentos com objetivo de garantir à estabilização econômica.

1.4 Justificativa

A justificativa do tema escolhido pretende ressaltar os motivos pelos quais a decisão da elaboração de um determinado projeto foi tomada. É importante ressaltar neste tópico argumentos que evidenciem a relevância do tema escolhido ou a contribuição para a resolução de uma questão. Outro ponto importante que pode vir a ser destacado como justificativa é a própria experiência do autor.

A escolha do tema presente neste referido pesquisa, passou essencialmente pela experiência adquirida nas aulas ministradas no curso de Especialização em Controladoria da Universidade Federal do Paraná. Formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, o autor sempre demonstrou interesse pela área econômica e suas ramificações. O mesmo enxerga, a elaboração desta pesquisa, como uma grande oportunidade de aprendizado em uma área de interesse.

A relevância do tema escolhido apóia-se na necessidade de conhecimento das ferramentas governamentais disponíveis, para a manutenção de uma estabilidade econômica. Estabilidade esta, fundamental para o desenvolvimento de uma nação, pois é nela que se apóia o crescimento econômico, manutenção de baixas taxas de inflação, distribuição de renda mais igualitária, diminui oscilações do mercado financeiro, atração de investimentos externos dentre outros fatores.

1.5 Metodologia

A determinação da metodologia a ser seguida em um determinado projeto é de suma importância para definição de seu sucesso. A escolha do tipo

de pesquisa a ser realizada, bem como a população, coleta e análise de dados deve ser coerente com os objetivos traçados pelo pesquisador.

A presente pesquisa se caracterizará pela pesquisa com objetivo descritivo, onde o levantamento bibliográfico a respeito do assunto proporcionará uma maior aproximação entre o autor e objetivo escolhido.

O assunto escolhido possui uma vasta bibliografia disponível para consulta, portanto a coleta de dados se dará desta forma. A abordagem quanto à seleção bibliográfica se dará de forma qualitativa a respeito dos objetivos traçados pelo autor, visando obras disponíveis em nossa literatura procurando conciliá-las com autores de renome em sua área de atuação.

1.6 Delimitação da Pesquisa

A pesquisa limita-se a abordar a evolução do papel governamental na economia de um determinado país, seus reflexos em indicadores socioeconômicos e exemplificar quais mecanismos se utiliza para realizar intervenções em sua economia.

Para isto, uma breve pesquisa referente à evolução do pensamento econômico através da história se fará necessária, para entender as mutação pelas quais conceitos importantes da economia moderna sofrerão.

O projeto não abordará nenhuma pesquisa de campo a respeito do assunto e se utilizará a bibliografia já publicada de grandes estudiosos e pensadores a respeito do assunto, para se chegar à conclusão da pergunta de pesquisa.

1.6 Estrutura do Trabalho

A presente pesquisa visa responder a seguinte pergunta: Quais são os motivos pelos quais uma determinada economia necessita de intervenção governamental para o seu funcionamento e quais são as atribuições

econômicas de um determinado governo? Para cumprir tal objetivo, a pesquisa será dividida em cinco etapas.

Na primeira delas, o autor fará uma breve análise de como o conceito econômico sofreu alterações com o decorrer dos anos. Baseado na obra de três dos maiores expoentes da história da economia mundial, o autor procurará mostrar como o modelo conceitual econômico evoluiu juntamente com a sociedade, criando sólidas bases para o conceito como se apresenta nos dias de hoje.

A segunda etapa será responsável, por apresentar um modelo formulado no século XIX, onde se foi levantado às condições necessárias para a existência de um modelo de concorrência perfeita: Teoria do Equilíbrio Geral.

A terceira etapa de desenvolvimento do projeto é a etapa que se contrapõe ao modelo da Teoria do Equilíbrio Geral. O autor do projeto, através de pesquisa bibliográfica, evidenciará os motivos pelos quais existem falhas no mercado econômico atual, corroborando a necessidade de intervenção por parte do estado na economia.

Na quarta etapa, o autor procurará evidenciar o papel da grande depressão econômica vivida pela humanidade na década de trinta, na alteração de forma incisiva da relação entre Estado e Economia.

Na quinta e última etapa de desenvolvimento do projeto, o autor mostrará as principais atribuições econômicas de um determinado governo.

2. Revisão da Literatura

Entender as relações entre arrecadação pública, investimentos em setores vitais para a sociedade e seus reflexos em indicadores sócio-econômicos é de fundamental importância para qualquer governo. O papel governamental em uma determinada economia expandiu consideravelmente desde o início do século XX. De acordo com Rezende, Fernando (2006) o papel do governo na economia transformou-se substancialmente a partir da década de 30. De uma posição inicial voltada a prestação de serviços básicos visando à coletividade, o papel do governo na economia passou a ser regulador necessitando de intervenções visando a o combate a inflação, consumo, desemprego entre outros.

As mutações das atribuições econômicas de um governo são comentadas por Rezende (2006, p. 17):

De uma posição inicial bastante modesta, na qual lhe cabia apenas a prestação de alguns serviços essenciais à coletividade – tais como justiça e segurança, em que as características especiais de oferta e demanda não induziam o setor privado a produzir -, o papel do governo na economia modificou-se substancialmente.

Rezende (2006, p.17) ainda comenta as novas atribuições governamentais após a grande depressão da década de trinta:

A grande crise de depressão econômica da década de 30 deu origem a estudos que vieram justificar a necessidade de o governo intervir na economia para combater a inflação ou o desemprego de mão-de-obra. As duas grandes guerras mundiais provocaram alterações definitivas nas preferências da coletividade quanto à necessidade de interferência do governo, visando a promoção do bem-estar social(...)

Esta transformação do papel governamental hoje é facilmente detectada nas ações políticas. Um caso recente de forte interferência do governo em uma determinada economia é a confecção do Plano de Aceleração do Crescimento, criado pelo ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e descrito por Lourenço (2007. p.53), “Após o encerramento do segundo turno das eleições de 2006, o presidente Lula encomendou, ao núcleo forte do governo (Casa Civil e Fazenda), a confecção de um pacote para destravar a economia.”

A manutenção de uma estabilidade na economia também é uma grande preocupação de um governo. É apoiada nesta estabilidade que uma economia consegue crescer, gerando emprego e renda e estimulando o consumo. Para Rezende (2006, p.20) o governo procura esta estabilidade da seguinte forma:

Quanto ao objetivo de manutenção da estabilidade econômica, a preocupação fundamental consiste em controlar o nível agregado de demanda, com o propósito de aumentar o impacto social e econômico de crises de inflação ou depressão. O controle da demanda agregada implica intervir sobre o crescimento das despesas privadas e governamentais de consumo ou de investimento por meio, por exemplo, do controle dos gastos públicos, do crédito e dos níveis de tributação.

A promoção da estabilidade econômica é destacada pelo FMI (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2011), “Promover a estabilidade econômica consiste, em certa medida, em evitar crises econômicas e financeiras, (...) e prevenir fortes oscilações na atividade econômica, taxas de inflação elevadas e excesso de volatilidade nas taxas de câmbio e nos mercados financeiros”.

O FMI (2011) defende também a atuação conjunta de determinadas economias a fim de garantir a estabilidade econômica:

A experiência recente dos mercados financeiros mundiais mostra que os países estão mais interconectados. Problemas em um setor aparentemente isolado de um dado país podem gerar problemas em outros setores e repercutir além das fronteiras. As condições econômicas e financeiras globais têm um impacto significativo na evolução dos fatos na maioria das economias. Sendo assim, quando se trata da estabilidade econômica e financeira, nenhuma país é uma ilha.

A internacionalização da economia também é abordada por Rezende (2006,p.259). Para o autor, a proximidade entre mercados que antes eram bastante dificultadas pela simples restrição geográfica, contribuem para harmonização do sistema tributário internacional.

A formação de mercados comuns e zonas de livre comércio, que avança a passos largos no cenário internacional, agrega um elemento ainda mais poderoso para o processo de harmonização tributária internacional.

Dada à complexidade econômica e a internacionalização atual, percebe-se de uma forma cada vez mais nítida, a responsabilidade governamental para manutenção do bem econômico / social de uma determinada nação. Segundo Rezende (2006) estas atribuições podem ser classificadas em três categorias:

- Alocação de recursos
- Distribuição de renda
- Estabilidade econômica

A primeira delas deve-se aos esforços imprimidos pelo Estado, no sentido de atender a demanda da sociedade por bens e serviços dos quais o mercado privado não consegue atender, segundo Rezende (2006).

A atribuição de distribuição de renda de acordo com Riani (2002), parte do esforço do Estado em proporcionar uma divisão igualitária de renda e riqueza dentre as diversas camadas sociais de uma determinada sociedade.

De acordo com, Giambiagi e Além (2001) a atribuição de estabilidade econômica, parte das ações macro econômicas do Estado no sentido de garantir o pleno emprego, estabilização da moeda e outras medidas que garantam crescimento sustentável e desenvolvimento contínuo de uma determinada sociedade.

2.1 A economia e os pensadores clássicos

O papel do estado em uma determinada sociedade vem sofrendo constantes alterações com o passar dos anos. O que antes limitava-se a oferecer bens e serviços visando a coletividade e o bem comum hoje passa a ser de regulador e, e em muitos casos utilizando-se de intervenções econômicas, direcionador dos rumos de um determinado mercado.

O papel do estado e a forma como ele interage com o meio onde está inserido, sofreu a alteração mais considerável na transição da sociedade feudal para a sociedade comercial-industrial. Com o surgimento das cidades, o aumento da atividade econômica e a ampliação das escolhas individuais criaram-se os meios necessários para a dissolução completa de uma sociedade estática com mudanças muito lentas como era a feudal. O resultado deste avanço da humanidade, em relação à forma como se constitui as alianças em um determinado mercado e como o indivíduo percebe-se suas

necessidades em relação ao bem comum, fez com que o estado mudasse de forma substancial a sua relação com a sociedade.

O papel governamental que poderia servir os interesses daqueles que pudessem submetê-lo e que funcionasse como instrumento para manipular por parte de poucos em detrimento o prejuízo de muitos, passa a ser de estruturar o processo decisório de forma que reflita os interesses e anseios da sociedade como um todo.

O pensamento econômico e a forma como ele interage com a sociedade seja ela pública ou privada, é alvo de estudo de grandes pensadores da humanidade a bastante tempo. Nomes como Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e tantos outros contribuíram para o desenvolvimento do pensamento econômico e consolidá-lo da forma como entende-se hoje. O papel governamental e suas implicações na sociedade também fizeram parte de suas obras e foram fundamentais para a formação econômica - política das nações atualmente. Estudar suas obras e entender os conceitos abordados nas mesmas é de fundamental importância para entender as mutações pelas quais o pensamento econômico sofreu ao longo do tempo.

2.1.1 Adam Smith e a economia política

A visão clássica das funções econômicas do governo, datada no século XIX, defende a idéia da intervenção mínima do estado no mercado. Ela parte do princípio, de que cabe ao estado garantir o atendimento a demanda, apenas nas situações onde a atividade privada não possui meios para tomar a decisão visando o bem coletivo, exemplo da segurança nacional de uma determinada nação.

Os conceitos do liberalismo econômico adotados por Adam Smith em sua obra, A Riqueza das Nações de 1776, deram o título ao autor de “o pai da economia política”. Ele indica que a economia ideal, teria a capacidade autorregulatória da satisfação das necessidades da população, onde a busca dos

interesses individuais produziram o bem para a sociedade como um todo, através do seu conceito da “mão invisível”.

Para Smith (1986), dois objetivos básicos para a instituição da economia política são: produzir bens e serviços em grande volume para a população e fornecer renda suficiente ao estado para cumprimento dos deveres dos serviços públicos. Desta forma tanto a população quanto o estado seriam enriquecidos.

Para a produção de bens em grande escala, Smith (1986, p.19) defende a idéia da divisão do trabalho como fator de sucesso para o aperfeiçoamento da mão de obra, gerando por conseqüência uma maior eficiência na produção.

Este grande aumento da quantidade de trabalho que, em conseqüência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de executar, deve-se a três circunstâncias: primeira, ao aumento da destreza em cada operário; segunda á economia de tempo que é comumente perdido ao passar de uma espécie de trabalho para outra; finalmente, à invenção de grande número de máquinas, que facilitam e abreviam o trabalho, e permitem a um homem fazer o trabalho de muitos.

Em sua obra, já se percebe a preocupação com a operacionalização de produtos e os reflexos que o aperfeiçoamento da mão de obra gera em uma determinada produção. A qualificação do funcionário é fator de suma importância para o aumento de quantidade de trabalho que cada homem pode realizar. Para Smith (1986, p.19) o aperfeiçoamento do trabalhador é gerado pelo excesso de repetição de uma mesma atividade e resulta no aumento de trabalho de cada homem:

(...) a melhora na destreza do operário necessariamente aumenta a quantidade de trabalho que ele pode fazer; e a divisão do trabalho reduzindo esta operação de cada homem a alguma operação simples, e tornando esta operação o único emprego de sua vida, necessariamente aumenta em muito a destreza do operário.

No entanto não apenas a destreza dos operários é fator fundamental para a produção de bens. Smith (1986, p.20) também defende utilização de máquinas como meio de aumento de produção, com menor esforço e em menores tempos.

(...) todos devem perceber o quanto o trabalho é facilitado e abreviado pela aplicação da maquinaria adequada. É desnecessário dar exemplo. Apenas

observei que a invenção de todas aquelas máquinas pelas quais o trabalho é tão facilitado e abreviado parece ter sido originalmente devida a divisão do trabalho. Os homens tendem sempre a descobrir métodos mais fáceis e prontos de atingir qualquer objetivo(...)

Estes esforços de aperfeiçoamento do trabalho e inserção de máquinas com intuito de aumento de produtividade, ou seja, aumento de produção com menor esforço e tempo, só se faz necessária dada à condição da propensão da natureza humana: a de comerciar. É através da barganha, do comércio e da troca que uma determinada economia cresce e a população prospera.

Segundo a visão de Smith (1986, p.23), o liberalismo econômico se baseava na seguinte premissa de comércio: Indivíduos com alta capacidade produtiva em determinadas áreas, trocavam o fruto de seus esforços por objetos dos quais eles mesmos necessitavam, no entanto não possuíam habilidades para produzi-los.

Como é por acordo, barganha ou compra que obtemos uns dos outros a maior parte daqueles mútuos bons ofícios de que carecemos, assim é esta mesma disposição comercial que originalmente dá ocasião à divisão do trabalho. Numa tribo de caçadores ou pastores, uma determinada pessoa faz arcos e flechas, por exemplo, com mais prontidão e destreza que qualquer outra. Frequentemente troca-os por gado ou caça, ao invés de ele mesmo ir ao campo atrás deles.

Smith (1986, p.31) também se preocupou em observar e definir a métrica de precificação dos produtos de sua época, para ele a quantidade de trabalho despendido é a medida pelo qual toma-se a decisão de aquisição de um bem ou não.

O valor de qualquer mercadoria, portanto, para a pessoa que a possui, e que não pretende usá-la, ou consumi-la, mas trocá-la por outras mercadorias, é igual à quantidade de trabalho que o capacita a comprar ou comandar. O trabalho, portanto, é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias.

Com um comércio baseado em troca, a definição do valor de uso de um determinado bem e o valor de troca do mesmo se faz necessária, tendo em vista a discrepância deles exemplificado por Smith (1986, p.32) na relação Diamante x Água. “Nada é mais útil que a água, mas dificilmente com ela se comprará algo. Um diamante, pelo contrário, dificilmente tem utilidade, mas uma grande quantidade de coisas pode amiúde ser trocada por ele”.

Em resumo, a obra de Adam Smith, apresenta dois aspectos básicos, que formulam seus pensamentos em relação ao mercado na época em que vivia: a primeira delas é de que o trabalho é a medida de valor mais adequada para se medir à riqueza de um indivíduo e não mais a quantidade de metal que o mesmo dispõe. A segunda é a percepção do caráter cooperativo de uma sociedade, que se norteia pelo processo de divisão de trabalho, onde as trocas de mercadorias revelam o sentido único, o de troca de trabalho por trabalho.

2.1.2 David Ricardo e a teoria do Valor

O principal objetivo de David Ricardo, em sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação*, foi a de estudar, entender e aprofundar as questões ligadas à distribuição do produto gerado pela sociedade através do trabalho. Este indício de sua obra é percebido logo no prefácio onde ele diz (Ricardo, 1982 p.39)

O produto da terra – tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação de trabalho, maquinaria e capital – se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo.

Para David Ricardo (1982, p.39), as obras de pensadores antecessores a sua, incluindo a de Adam Smith, apesar da imensa contribuição para a formação conceitual da economia política, não exploraram as relações de distribuição do produto gerado através das classes sociais.

Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da econômica política: embora esta ciência tenha progredido muito com as obras de Turgot, Stuart, Smith, Say, Sismondi e outros, eles trouxeram muito pouca informação satisfatória a respeito da trajetória natural da renda, do lucro e do salário.

O primeiro esforço percebido na obra de Ricardo (1982) é de formular sua teoria sobre valor. Sua percepção de valor agregado ao produto, na tentativa de sustentar sua posição sobre a distribuição das riquezas, vai de forma contraditória à teoria formulada por Smith de valor de uso e valor de troca, como pode-se verificar na Seção I de sua obra, Ricardo (1982,p.43):

A utilidade, portanto, não é a medida do valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial. Se um bem não fosse de certo modo útil - em outras palavras, se não pudesse contribuir de alguma maneira para nossa satisfação - , seria destituído de valor de troca, por mais escasso que pudesse ser, ou fosse qual fosse a quantidade de trabalho necessária para produzi-lo.

Ricardo (1982,p.43) define o valor agregado de um determinado produto, como o resultado de duas variáveis inerentes a sua natureza e modo de produção: “as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las”.

Mais adiante, especificamente na seção III de sua obra, Ricardo (1982,p.49) inclui mais uma variável na determinação de valor a uma determinada mercadoria. Diferentemente de Smith, Ricardo percebe a importância dos implementos e ferramentas que auxiliam na execução de uma determinada mercadoria: “não só o trabalho aplicado diretamente às mercadorias afeta o seu valor, mas também o trabalho gasto em implementos, ferramentas e edifícios que contribuem para sua execução”.

Exposto e definido o conceito de valor das mercadorias, Ricardo (1982) volta sua atenção a distribuição dos frutos gerados pela terra, nas três classes sociais expostas anteriormente: trabalhadores, proprietários e capitalistas. Ricardo (1982) defende a permanência em termos percentuais da distribuição do lucro, da renda e dos salários. O mesmo julga a impossibilidade de comparar em termos nominais os salários pagos ao trabalhadores, quando por exemplo existe um cenário de aumento do nível de produção.

Os salários devem ser estimados por seu valor real, isto é, pela quantidade de trabalho e de capital empregados para produzi-los e não pelo seu valor nominal em chapéus, casacos, dinheiro ou cereal.

Assim como Smith, Ricardo também aborda em sua obra, aspectos já ligados a intervenção econômica por parte do estado. Por diversos fatores, dentre eles garantir o monopólio da produção nacional, fortalecendo a economia doméstica Smit (1986,p.184) relata a intervenção do estado no mercado:

Restringindo, por altas taxas ou por proibições absolutas, a importação de bens estrangeiros que o país pode produzir, o monopólio do mercado doméstico fica mais ou menos garantido para a indústria doméstica empregada na produção deles. Assim, a proibição de importar gado vivo ou provisões de sal de países

estrangeiros, assegura aos criadores da Grã-Bretanha o monopólio do mercado doméstico da carne. As altas taxas sobre a importação do cereal, que em tempos de abundância moderna equivale a uma proibição, dá uma vantagem análoga aos criadores daquela mercadoria.

Mesmo com visões contrárias em determinadas situações, Smith e Ricardo tiveram papel fundamental na conceitualização da economia política. A obra de Ricardo, devido à ordem cronológica de publicação, serve quase de revisão dos conceitos abordados por Smith em Riqueza das Nações. Enquanto Smith focou suas atenções a multiplicação da riqueza de uma nação através da correta divisão do trabalho, Ricardo procurou focar atenção na distribuição dos frutos oriundos da terra, dentre as classes sociais de sua época.

2.1.3 Karl Marx e o Capital

Karl Marx inicia sua obra mais famosa – O Capital, procurando demonstrar as diferenças existentes entre o valor de uso e valor de troca, também já comentados pelos precursores da economia política Adam Smith e David Ricardo. Para Marx (1978), a mercadoria nada mais é do que algo necessário, útil ou agradável para a vida humana que se apresenta sob dois pontos de vista, da utilidade de uso e do seu valor de troca. Sob o valor de uso, delimita-se a condição natural palpável da mercadoria e efetiva-se apenas no processo de consumo da mesma. Já o valor de troca revela-se na medida em que se trocam mercadorias de valor de uso distintos, os quais são passíveis de alterações constantes. Do mesmo modo que o valor de uso pode se distinguir pela qualidade das mercadorias, o valor de troca só se diferenciam na quantidade.

Marx também faz questionamentos, importantes para a formação do conceito econômico atual, aos conceitos introduzidos por David Ricardo em relação à precificação das mercadorias. Como exposto anteriormente neste trabalho, a obra de David Ricardo – Princípios de Economia Política e Tributação, correlaciona a precificação de uma determinada mercadoria ao tempo de trabalho empregado na mesma e as ferramentas utilizadas para a sua confecção. Já Marx (1978,p.162) determina que a relação do preço das

mercadorias é regulado pela disponibilidade da mesma no mercado e por sua procura.

O preço de mercado das mercadorias aumenta ou diminui, abaixo ou acima de seu valor de troca, com a relação variável de oferta e demanda. Por conseguinte, segue-se que o valor de troca das mercadorias é determinado pela relação de oferta e demanda, e não pelo tempo de trabalho contido nelas. Desta conclusão esquisita surge, com efeito, apenas uma única pergunta: como se desenvolve um preço de mercado diferente do valor de troca que lhe serve de base? Ou mais exatamente: como a lei do valor de troca se realiza apenas em seu próprio contrário?

Importante ressaltar que este conceito, introduzido pelos economistas clássicos e criticado por Marx em sua obra, é utilizado até os dias atuais com a manutenção de sua essência e aplicabilidade nos moldes atuais do mercado, como pode-se verificar na afirmação de Krugman e Wells (2007,p.49):

Muitas pessoas usam a *oferta e demanda* como uma expressão para indicar “as leis do mercado em funcionamento”. Para os economistas, contudo, o conceito de oferta e demanda tem um significado preciso: é um modelo de como o mercado se comporta que serve para entender muitos mercados mas não todos eles.

A obra de Marx é considerada por muitos um marco na concepção e entendimento da sociedade capitalista, tendo este como seu principal objetivo ao escrever O Capital. Marx elucidou os mecanismos e os fundamentos da sociedade capitalista ao expor à extensa e complexa rede de relacionamentos sociais a qual subsidiavam o processo de espoliação das classes de trabalho ao capital.

2.1.4 Considerações

Exposto a obra e os conceitos de valor de três dos mais importantes autores da era clássica da economia, a presente pesquisa realizará uma breve comparação sobre as linhas de pensamento e ideais descritos em cada obra de seus respectivos autores. Para cumprir este objetivo, será utilizado como instrumento de comparação, um quadro (Quadro 1) no qual ficará evidente as diferenças de pensamento entre os autores.

Adam Smith	David Ricardo	Karl Marx
A economia possui a capacidade auto regulatória de satisfação das necessidades dos indivíduos, onde a busca por interesses individuais produzem o bem comum	Adepto dos conceitos de liberalismo econômico assim como Adam Smith.	Introdução dos conceitos comunistas.
Produção de bens e serviços em grande volume para a população e fornecimento de renda suficiente para o estado para cumprimento dos serviços públicos	Distribuição na sociedade do produto gerado pelo trabalho: proprietários de terra, o dono do capital necessário para o cultivo e os trabalhadores.	Abolição das classes sociais existentes, orientando a produção para os interesses humanos naturais.
Divisão do trabalho e especialização da mão de obra são fatores determinantes para o sucesso da produção de produtos em grande escala	Fortalecimento da economia local através do monopólio da produção nacional.	Emancipação do proletariado por meio do rompimento, na raiz, da propriedade privada burguesa.
O trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias.	Valor de troca das mercadorias baseado no trabalho necessário para obtê-las, sua escassez e as ferramentas necessárias para produzi-las.	Valor de troca das mercadorias também é regulado pela disponibilidade do mesmo no mercado.

QUADRO 1 – PENSADORES ECONÔMICOS CLÁSSICOS

2.2 Funções econômicas do Estado

Exposto a evolução do pensamento econômico de seus autores mais renomados, a presente pesquisa poderá concentrar seus esforços de pesquisa nas funções desempenhadas hoje pelo estado na busca pela estabilidade econômica de seu mercado.

A obra de Adam Smith defende a mínima intervenção do estado em uma determinada economia. Para ele, o mercado funcionaria de forma perfeita, tendo em vista que a busca pelo bem individual produziria as condições necessárias para o bem comum de toda uma sociedade. No entanto na prática de fato isto não ocorre. Para Rezende (2006,p.27) os mercados de concorrência perfeita são muito raros de serem encontrados.

No mundo real, mercados perfeitamente competitivos são raros, existindo falhas de mercado que justificam a intervenção do governo. São exemplos

mais comuns de tais falhas a existência de bens públicos, de externalidades, de participantes do mercado com grau elevado de influência sobre os preços e a quantidade produzida e de assimetria de informações.

Para que o setor público de fato não existisse, todos os recursos e bens deveriam ser alocados de forma perfeita. Isto acarretaria no sentido de que um indivíduo não poderia ter mais acesso a determinados serviços do que outro ou que determinadas empresas tivessem acesso a novas tecnologia das quais não fosse de domínio de seus concorrentes.

2.2.1 Teoria do Equilíbrio Geral

No século XIX, Léon Walras formulou a teoria do equilíbrio geral, que através do conceito marginalista e do conceito da utilidade descreveu os princípios nos quais a Concorrência Perfeita se basearia, Riani (2002) afirma que:

- a. Muitos compradores e muitos vendedores na indústria, seja no mercado de fatores ou de produtos;
- b. Perfeito conhecimento do mercado por parte dos compradores e dos vendedores no que se refere ao mercado de produtos e de fatores;
- c. Perfeita mobilidade dos recursos produtivos; e
- d. Busca da maximização do lucro por parte das firmas e da maximização da utilidade por parte dos consumidores.

Para que esta concorrência perfeita de fato fosse possível, vários fatores deveriam ser atingidos, como por exemplo a eficiência de consumo e produção.

Para que a eficiência de consumo fosse atingida, um determinado indivíduo não poderia consumir um determinado bem em maior quantidade do que o outro, a não ser que o nível de interesse de ambos em relação ao produto seja diferente, Riani (2002, p.26) comenta que “(...) isto equivale a dizer que o indivíduo A só poderia ter sua utilidade aumentada se houvesse uma redução na utilidade do B e vice-versa”.

Assim como a teoria da eficiência do consumo, parte do princípio de que um para um indivíduo consumir mais de um determinado bem outro indivíduo

terá a diminuição do mesmo, a teoria da eficiência da produção segue a mesma linha de raciocínio. Para a produção ótima seja atingida, a medida que um produto tenha sua produção aumentada necessariamente outro produto deverá ter sua produção diminuída. No entanto existem alguns fatores que impossibilitam o real funcionamento deste modelo teórico de concorrência perfeita, Riani (2002, p.32) afirma:

Acontece, porém, que muitas críticas podem ser feitas em alguns dos seus pressupostos. Pode-se criticar as condições marginalistas e a determinação do equilíbrio em que o preço se iguala ao custo marginal, a individualidade do modelo, a suposição de que o bem-estar da comunidade é a soma de bem-estar de cada um, a medida ordinal da utilidade e as comparações interpessoais etc. O fato é que existe uma série de pontos que tornam frágil esse modelo a ponto de não se poder admitir que haveria a maximização e a eficiência da alocação de recursos que ele procura determinar.

2.2.2 Falhas de Mercado

Para Riani (2002) as falhas existentes nos mercados econômicos atuais são a sustentação para que exista a necessidade de intervenções econômicas por parte do estado. Estas intervenções visam atender às necessidades da sociedade através da correta alocação recursos e da atuação junto ao setor privado, na produção ótima de bens e serviços.

As falhas de mercado que impossibilitam o setor privado, e somente ele, a sanar os anseios e necessidades coletivas da sociedade são, conforme Riani (2002):

- a. Indivisibilidade do Produto;
- b. Externalidades;
- c. Custo de Produção Decrescente e Mercados Imperfeitos;
- d. Riscos e Incertezas na Oferta de Bens.

Os bens considerados indivisíveis são aqueles que possuem a característica de não serem exclusivos e que não possuem rivalidade. A não exclusividade destes bens parte do princípio de que eles não podem ser comercializados no mercado privado, tendo como exemplo a Defesa Nacional.

Ela jamais poderia ser comercializada em um mercado privado por que, mesmo que de fato seja de entendimento comum a sua importância, ainda sim existiriam indivíduos que optariam pelo não pagamento deste serviço, mesmo que fosse usuário como todos os outros.

A não rivalidade destes bens é baseada no fato de que o custo dele não aumenta proporcionalmente ao número de usuários que o utilizam, tendo como base o exemplo da Defesa Nacional, o aumento do número da população não implica no aumento do custo deste serviço.

Conclui-se que os bens indivisíveis, são aqueles que são consumidos por toda uma sociedade independente da disponibilidade de renda individual de cada um, ou seja, os mais providos de rendimentos consumirão os bens e serviços na mesma proporção que a classe com menor renda.

As externalidades, segundo item da lista de motivos pelos quais a iniciativa privada não consegue atender as necessidades de uma sociedade sem intervenção governamental conforme Riani (2002), trata do reflexo, principalmente social, das ações de determinadas entidades. Estas ações, tomadas por determinadas entidades, podem gerar reflexos positivos e negativos na sociedade.

Percebe-se estas questões quando utiliza-se como exemplo uma empresa que necessite gerar poluição para a fabricação de seu produto. O aumento de produção desta empresa esta implícito ao aumento de poluição despejada pela mesma no meio ambiente. Esta condição gera uma externalidade negativa.

Deste ponto de vista, verifica-se a necessidade de intervenção governamental no sentido de amenizar os impactos causados por esta externalidade. Riani (2002, p.37) afirma que:

(...) através da participação do governo, por intermédio de legislação específica, de multas e de um grande trabalho de conscientização. Com raríssimas exceções esses tipos de situações se constituirão em preocupação para o setor privado.

Os custos de produção decrescentes segundo Riani (2002) são por natureza aqueles dos quais o estado necessita de intervenção, no sentido de garantir a viabilidade da produção, uma vez que no meio privado isto não seria economicamente viável, obviamente sendo este produto, fruto do desejo ou necessidade da sociedade.

Outro aspecto tratado como barreira ao liberalismo econômico é o fato da concorrência existente atualmente proporcionar uma divisão não perfeita dos bens de produção. Isto acontece, segundo Riani (2002), baseado no alto nível tecnológico das empresas e no nível de especialização das mesmas. Este cenário produz um desequilíbrio na produção e por consequência nas vendas, onde empresas mais eficientes do ponto de vista tecnológico, conseguem maiores produções com menores custo. Esta característica inerente ao mercado atual produz uma imperfeição no mercado quebrando regras básicas ao modo de concorrência perfeita e por consequência o equilíbrio geral.

O ultimo item percebido como entrave ao mercado predominante privado são os riscos e incertezas na oferta dos bens. A este aspecto atribui-se a falta de conhecimento do mercado, suas necessidades e anseios, do ponto de vista global, envolvendo todos os membros de uma sociedade sendo eles empresas privadas, públicas ou os próprios indivíduos e seus desejos. Riani (2002, p.40) afirma:

A falta de conhecimento perfeito por parte dos vendedores e dos compradores relacionados com os riscos do mercado, a falta da perfeita mobilidade dos recursos, a incerteza quanto a maximização dos lucros por parte das firmas e a escassez de determinados recursos produtivos, particularmente os recursos naturais, são características do mundo real que mostram a inviabilidade de alguns pressupostos do mercado perfeito que se refere à produção ótima de todos os bens econômicos.

2.2.3 As crises econômicas e a intervenção do Estado

Os momentos pelos quais a economia, seja ela local ou global, passa por momentos de dificuldade, apenas ressaltam a importância do Estado na manutenção da estabilidade conforme os ideais da escola de pensamento *Keynesiana*.

A presente pesquisa mostrará evidências desta afirmação, embasado em dois momentos distintos da história da humanidade. Momentos pelos quais a economia global foi afetada e a intervenção do Estado se fez necessária.

2.2.3.1 Depressão econômica da Década de 30

A atribuição econômica do estado sofreu sua modificação mais substancial depois da década trinta. A grande depressão econômica enfrentada pela humanidade neste período alterou de forma incisiva a relação do poder público com mercado financeiro.

A grande depressão econômica, ou também popularmente conhecida como a *Crise de 1929*, é considerada o pior período de recessão econômica da história. A grande depressão teve seu início no dia 24 de outubro de 1929 e terminou apenas com o início da segunda guerra mundial, perdurando assim toda a década de trinta.

Muito se tem estudado sobre as causas que levaram a humanidade enfrentar este drástico período de recessão. Muitas conclusões distintas a respeito do assunto se têm obtido referente às causas deste período. Eventos como a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, a política fiscal americana e as ações de combate a inflação, em um cenário que era de deflação, são objeto de estudos que implicam na responsabilidade pela grande depressão. No entanto o cenário mais difundido, como real causa da recessão econômica mundial, está na relação de consumo, produção e disponibilidade de crédito do mercado americano em relação a Europa pós segunda guerra mundial.

Com o final da primeira guerra mundial em 1918, a Europa estava devastada fisicamente e economicamente. O período de guerra abalou de forma significativa o sistema financeiro europeu, que enfrentava um cenário economicamente pobre e com fortes taxas de retração no consumo. Em contrapartida, o mercado norte americano se mostrava a alternativa, do ponto de vista industrial, para suprir o consumo europeu. A exportação de produtos industrializados e alimentos durante este período prosperou de forma significativa o sistema econômico norte americano. Durante a década de vinte,

o mercado americano viu suas taxas de emprego cair, a produção industrial e por consequência o PIB dispararem e a disponibilização de crédito aumentar. Este cenário consolidou a economia americana frente às demais, fragilizadas pelo período pós-guerra.

No entanto, o cenário econômico europeu mudou. No final da década de vinte, com a Europa se restabelecendo economicamente, o mercado americano sofreu um grande impacto. Toda a produção americana, que crescia a níveis astronômicos, ano após ano, perdeu o sentido, pois a demanda européia diminuiu. Neste cenário, de oferta maior do que a demanda, os preços caíram, logo a produção também acompanhou o ritmo o que gerou um dos maiores níveis de desemprego da história americana.

A bolsa de valores da cidade de Nova Iorque quebrou, resultando em uma perda imensurável de dinheiro para investidores e instituições financeiras. Milhares destas instituições financeiras fecharam suas operações, pois com receio de uma quebra geral do sistema financeiro, as pessoas removiam suas reservas dos mesmos. Os índices de desemprego dispararam chegando a um patamar de 25% em 1933. A produção agrícola, de aço e automobilística também sofreram fortes quedas devido à baixa demanda.

O Brasil também sofreu os efeitos desta depressão. O café, principal produto de exportação na época, sofreu uma drástica redução na demanda, devido à baixa de consumo americana. Com a relação oferta versus demanda desequilibrada, o preço do produto brasileiro despencou, sendo necessária a intervenção do estado, comprando o estoque excedente e queimando-o na tentativa da manutenção de preço.

Para Rezende (2006,p.17) o período de recessão econômica enfrentada na década de trinta, alterou de forma significativa a relação do estado com o mercado financeiro. Depois deste período, a necessidade de intervenções do estado, visando o equilíbrio econômico, baseado em níveis sólidos de crescimento, nível de emprego pleno e inflação controlada, se fez necessário.

A grande crise de depressão econômica da década de 30 deu origem a estudos que vieram justificar a necessidade de o governo intervir na econômica

para combater a inflação ou o desemprego de mão de obra. As duas grandes guerras mundiais provocaram alterações definitivas nas preferências da coletividade quanto à necessidade de interferência do governo, visando a promoção do bem-estar social, isto é, uma distribuição de renda mais equitativa e uma ampliação das atividades previdenciárias e de assistência social para o atendimento das classes menos favorecidas.

2.2.3.2 Crises do século XXI – Estados Unidos e Europa

As recentes crises enfrentadas pela humanidade também ajudaram a reforçar a tese da necessidade de intervenção econômica por parte do Estado. Foram diversas ações tomadas pelo governo Americano e líderes Europeus no sentido de amenizar os efeitos destas crises.

A crise americana teve seu ponto de início no mercado imobiliário. A maciça oferta de crédito e facilidade na obtenção de financiamentos imobiliários gerou o que os economistas chamaram de “bolha imobiliária”. Muitos cidadãos americanos, que não possuíam condições de arcar com os custos de um financiamento imobiliário, conseguiam este crédito facilmente. Como se não bastasse, as principais instituições financeiras mundiais, classificavam os títulos destas dívidas com a mais alta nota, AAA. Esta série de fatores acarretaram na maior crise enfrentada pelo povo americano desde a década de trinta. O governo americano necessitou intervir para amenizar os efeitos, como destaca o jornal Folha de São Paulo (2008).

A crise, longe de perder fôlego, teve suas forças renovadas em setembro deste ano. As gigantes hipotecárias americanas Fannie Mae e Freddie Mac deram sinais de que poderiam quebrar. Com quase a metade dos US\$ 12 trilhões em empréstimos para a habitação nos EUA em seus registros, o Departamento do Tesouro interveio para evitar o pior: anunciou uma ajuda de até US\$ 200 bilhões.

A crise iniciada no setor imobiliário dos Estados Unidos foi tão grande, que rompeu as fronteiras americanas e atingiu o resto do mundo, principalmente a economia Européia. No último trimestre de 2008 a economia Européia sofreu uma retração de 1,5% no PIB em relação trimestre passado, constatando a maior retração da história do continente Europeu.

Assim como o governo americano, as principais economias da Europa também foram impulsionadas através de intervenções do Estado. Em outubro de 2008 países como Alemanha, França, Áustria, Holanda e Itália já haviam anunciado pacotes de estímulo ao mercado financeiro de quase R\$ 3 trilhões de reais na tentativa de minimizar os efeitos da crise.

Os efeitos da crise iniciada em 2008 ainda repercutem em 2012. O endividamento de importantes economias européias, em especial a Grega e o elevado nível de desemprego no continente fazem com que os analistas mais pessimistas prevêem um novo período de depressão econômica, como aqueles enfrentados pela humanidade na década de 30.

2.4 Atribuições econômicas do Estado

Com o término da grande depressão ocorrida na década de trinta, o papel governamental na economia modifica-se de forma substancial, conforme Rezende (2006,p.18): “No pós guerra, a preocupação com os problemas de desenvolvimento econômico constitui-se em outro fator importante para aumentar as atribuições do governo”.

Como o resultado desta evolução, causa pelo período de depressão econômica e guerra mundial, Musgrave (1959) citado por Rezende (2006) classificou as responsabilidades do governo em três categorias:

- Promover ajustamento na alocação de recursos
- Promover ajustamentos na distribuição da renda; e
- Manter a estabilidade econômica

2.4.1 Ajustamento na alocação de recursos

No primeiro caso, o governo intervém quando as condições que assegurem a maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis não fossem atingidos mediante o funcionamento dos mecanismos que regulam as determinações de preços no mercado. Isto acontece, segundo Giambiagi e Além (2001) pois os bens públicos não podem ser fornecidos em compatibilidade com a necessidade da sociedade através do seu sistema,

privado, de mercado. Para resolver este impasse, existe a necessidade de intervenção governamental em dois aspectos: Primeiro, delimitar a quantidade e o tipo a ser ofertado dos bens públicos e segundo, medir o nível de contribuição de cada consumidor destes bens. Outro aspecto importante segundo Giambiagi e Além (2001), é de que este nível de contribuição, calculado pelo governo, para financiar a disponibilização de bens e serviços públicos, jamais deverá se dar pela iniciativa dos consumidores. Isto por que grande parte deles, agindo de forma racional, optaria pelo não pagamento dos bens e serviços. Por isso, o financiamento da produção de bens e serviços públicos, depende única e exclusivamente da obtenção de recursos através da cobrança de impostos, sejam eles municipais, estaduais ou federais.

A análise Riani (2002,p.42) sobre o papel governamental de ajustamento na alocação de recursos é semelhante:

A alocação dos recursos por parte do governo tem como objetivo principal a oferta de determinados bens e serviços que são necessários e desejados pela sociedade e que não são providos pelo sistema privado. Assim, o governo, utilizando os recursos e os mecanismos fiscais disponíveis, alocará recursos primeiramente na produção e oferta dos bens públicos puros.

Riani (2002,p.42) aprofunda a análise em cima deste aspecto, quando trata da função do governo na alocação ideal de recursos dos bens sociais, bens estes que diferem dos públicos puros pois também são ofertados pelo setor privado.

(...) função de alocação de recursos por parte do governo refere-se a oferta dos bens sociais. Esses bens diferenciam-se da categoria dos bens públicos puros, mas, devido a seu caráter social, acabam providos também pelo governo. Nesses casos, geralmente, o governo complementa a oferta desses bens feita pelo setor privado. Dentro da categoria dos bens sociais podem-se incluir, por exemplo, a saúde e a educação.

A definição de Rezende (2006, p.18) é mais generalista em relação a função do estado de promover o ajuste ideal dos recursos, no entanto vai de encontro as análises já apresentadas anteriormente.

Ajustamentos na alocação de recursos seriam requeridos sempre que não fossem encontradas condições que assegurassem maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia mediante o funcionamento do mecanismo de determinação dos preços no mercado. Os casos mais importantes a serem considerados referiam-se à possibilidade de existência de economias externas, ou a problemas de satisfação de necessidades coletivas.

2.4.2 Ajustamento na distribuição da renda e da riqueza

O segundo caso, de atribuição econômica do estado, refere-se ao esforço imprimido pelo governo em uma distribuição igualitária da renda proporcionando o acesso, independente da manifestação individual de preferência, aos bens públicos.

Em determinadas situações, a distribuição de fatores como capital, trabalho e terra, pode não ser classificada pela sociedade como “justa”, por isso a necessidade de intervenção governamental para regularização deste aspecto. Para isto, segundo Giambiagi e Além (2001), o governo se utiliza de três instrumentos fundamentais, que são: as transferências de renda, os impostos e os subsídios.

Através destas ferramentas o governo pode transferir renda das camadas mais altas para as camadas mais baixas da população, utilizando-se de tributos mais altos para a população com rendas superiores a media nacional e subsidiando a parte mais desprovida de recursos e renda.

Outro ponto segundo Giambiagi e Além (2001), é a possibilidade do governo se utilizar da tributação da camada mais alta de renda para financiamento de projetos sociais voltados a população com menor poder econômico, como a construção de moradias populares por exemplo. Além do financiamento de projetos sociais, o governo também consegue impor alíquotas de imposto mais pesadas, a itens de luxo ou que considere supérfluos, a fim de subsidiar itens que compõe os bens e serviços da população com menor renda.

Para Riani (2002,p.43) existem uma série de fatores, que possibilitam uma distribuição de renda desigual entre as camadas da sociedade.

Uma série de fatores, tais como oportunidade educacional, mobilidade social, estrutura de mercado etc., contribuem para que haja distribuição da renda e da riqueza de forma bastante desigual. Assim, a função de distribuição do governo tem como principal objetivo utilizar mecanismos que visem ajusta a distribuição de renda e da riqueza na sociedade, tornando-as menos desigual possível.

Riani (2002,p.43) classifica também os mecanismos pelos quais o estado promove os ajustamentos da distribuição renda e da riqueza.

Geralmente, a tributação e as transferências são os mecanismos mais utilizados e, de certa forma, produzem resultados mais satisfatórios. Porém, paralelamente aos tributos e às transferências, o governo utiliza as legislações específicas sobre a determinação do salário mínimo, as proteções tarifárias, os subsídios etc. como instrumento de redistribuição da renda. Esses mecanismos mencionados têm a característica principal de redistribuir recursos entre os indivíduos na sociedade.

Rezende (2006,p.19) define a atribuição do estado, de promover os ajustes necessários a distribuição de renda na sociedade, da seguinte maneira:

No que se refere à necessidade de ajustamentos na distribuição da renda, é importante notar que, numa economia de mercado, a distribuição do Produto Nacional pelos diferentes habitantes do país esta condicionada não só à disponibilidade relativa dos fatores de produção, como também aos respectivos níveis de produtividade. Isso significa que, à medida que critérios puramente econômicos de eficiência são considerados nas decisões relativas à utilização dos fatores de produção, a distribuição da renda gerada pelos habitantes do país pode não ser considerada socialmente aceitável.

2.4.3 Ajustamento visando à estabilização econômica

A terceira e última atribuição segundo Rezende (2006) é baseada na manutenção da estabilidade econômica, realizada basicamente na intervenção a evolução de gastos públicos, disponibilização ao crédito e níveis de tributação, a fim de controlar a demanda.

Para Giambiagi e Além (2001, p. 35) o funcionamento do mercado “não é, por si só, capaz de assegurar altos níveis de emprego, estabilidade dos preços e altas taxas de crescimento econômico”. Para a regulamentação e manutenção do mesmo, o poder público tem a sua disposição as políticas fiscais e monetárias, é através delas que o governo combate e se protege de flutuações econômicas, caracterizadas, por altas do nível de desemprego e inflação.

Para Riani (2002,p.44) o papel do estado visando a manutenção da estabilidade econômica se baseia em dois aspectos: primeiro na

disponibilização do nível pleno de emprego para seus habitantes e segunda na manutenção da estabilidade dos preços.

A função de estabilização do governo utiliza instrumentos macroeconômicos para manter certo nível de utilização de recursos e estabilizar o valor da moeda. Assim, essa função surge para assegurar um desejável nível de pleno emprego e estabilidade dos preços que não são automaticamente controlados pelo sistema de mercado.

Riani (2002,p.44) classifica os mecanismos pelo quais o estado realiza intervenção na economia afim de garantir a estabilidade econômica

Quando o desemprego prevalece, o governo aumenta o nível de demanda no mercado, elevando seus gastos ou diminuindo o tributo, recolocando a produção no pleno emprego. Por outro lado, se há inflação, o governo reduziria o nível de demanda no mercado, através de ajustamentos nos seus gastos e nos tributos, reduzindo o nível da demanda e dos preços. Assim, através da utilização dos instrumentos fiscais, o governo intervém no nível de emprego, nos gastos privados, no nível de renda etc.

Para Rezende (2006) o principal objetivo do estado, controlando nível de estabilidade econômica, é a manutenção do nível agregado de demanda com o intuito de minimizar os impactos sociais e econômicos de períodos de recessão e até depressão econômica. Para controlar o nível de demanda o estado necessita intervir sobre o crescimento das despesas privadas e governamentais, regular o consumo e até de investimento.

3. Considerações Finais

A presente pesquisa percebeu a substancial mudança do papel governamental no último século, hoje responsável pela determinação dos rumos da economia visando o bem comum de sua população. Suas atribuições tornaram-se determinantes para o desenvolvimento econômico e com reflexo direto em indicadores sociais, contrapondo os conceitos liberais econômicos defendidos principalmente por pensadores da era clássica da economia.

Os conceitos de liberalismo econômico, difundidos principalmente no século XIX, dificilmente, se aplicados nos dias atuais, teriam sucesso. A dinâmica necessária para sua implantação não reflete as condições atuais de mercado. A concorrência atual aliada à competitividade pressionada cada vez maior por melhores resultados, já colocam por terra os conceitos básicos de regulamentação do mercado, para que o mesmo caminhe livre sem a intervenção de uma instituição maior.

A bibliografia utilizada para cumprir os objetivos traçados nesta pesquisa, mostraram que o estado intervêm em uma determinada economia buscando três objetivos. O primeiro deles está associado à alocação ideal de recursos, onde o estado trabalha para suprir os anseios comuns dos quais o mercado privado não possui autonomia para decisão. O segundo objetivo é do esforço do estado na distribuição ideal de renda, diminuindo as diferenças entre as camadas sociais, garantido o pleno emprego para a população e permitindo os mesmos acessos independente das classes sociais. E o último objetivo buscado pelo estado na intervenção econômica é a busca pela estabilidade econômica, base para o desenvolvimento de uma nação.

A intervenção do estado acontece todos os dias e em todas as esferas da economia, pública ou privada, e é através dela que o poder público trabalha para garantir uma estabilidade proporcionando o crescimento econômico local. As crises econômicas enfrentadas pela humanidade nos últimos anos, somente confirmam estes aspectos. Em 2008, no ápice da crise econômica americana, percebeu-se a movimentação pública no sentido de resgate de diversas instituições financeiras a beira da falência. É em épocas como estas, de crise e

fragilidade do mercado privado, que fica evidente a importância da intervenção estatal visando o bem comum. Mas de fato ela acontece em todos os momentos, sejam eles de recessão ou expansão econômica de uma nação.

Referências

FOLHA DE SÃO PAULO. Entenda a crise que atinge a economia dos EUA. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u450226.shtml>>. Acesso em 26/07/2012

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. O FMI e a promoção da estabilidade econômica mundial. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em 7/12/ 2011.

GIAMBIAGI, Fabio, ALÉM, Ana Claudia, Finanças Públicas. Rio de Janeiro: Campus, 2000

KRUGMAN, Paul e WELLS, Robin. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Campus, 2007

LOURENÇO, Gilmar Mendes, Economia Paranaense, Fatores de mudanças e entraves ao desenvolvimento. Curitiba: Editora do autor, 2007

MANKIW, N. Gregory, Introdução à Economia. São Paulo: Cengage Learning, 2009

MARX, Karl. A Origem do Capital. São Paulo: Global, 1977

MARX, Karl. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978

O' SULLIVAN, Arthur, SHEFFRIN, Steven M., NISHIJIMA, Marislei. Introdução à Economia, Princípios e Ferramentas, São Paulo: Pearson 2004

REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 2006

RIANI, Flávio. Economia do Setor Público. São Paulo: Atlas, 2002

RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982

SMITH, Adam. Riqueza das Nações. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986